ADRIANA NUNES DA SILVA PEREIRA

A REFORMA DA TUTELA ANTECIPADA E A BUSCA PELA
CELERIDADE PROCESSUAL

Monografia apresentada ao curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN – como requisito parcial à obtenção do título de Graduado, sob a orientação do Prof. Rafael Isaac de Almeida Coelho.

SÃO JOÃO DEL REI

2014

ADRIANA NUNES DA SILVA PEREIRA

A REFORMA DA TUTELA ANTECIPADA E A BUSCA PELA
CELERIDADE PROCESSUAL

Monografia apresentada ao curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves – IPTAN – como requisito parcial à obtenção do título de Graduado, sob a orientação do Prof. Rafael Isaac de Almeida Coelho.

Área de Concentração: Direito Civil

Data de defesa: 24/06/2014

Resultado: 80

Banca Examinadora:

Prof. Orientador: Rafael Isaac de Almeida Coelho

Prof. Avaliador: Deilton Ribeiro Brasil

Prof. Avaliador: Luciano Machado Ferreira

*À minha mãe;
Minha heroína.*

Agradecimentos

A Deus por ter me regido, iluminando cada um dos meus passos, sempre.

Aos meus pais Joaquim (*in memoriam*) e Maria, pela minha vida e formação.

Aos meus filhos Larissa e Danilo, pela oportunidade de experimentar a mais pura forma de amor.

Aos meus irmãos, que sempre me incentivaram e estiveram ao meu lado, em todos os momentos da minha vida.

Às minhas amigas Débora, Gláucia e Juliana, por todo apoio e cumplicidade.

Esta caminhada não seria a mesma sem vocês.

Ao Prof. Rafael Isaac de Almeida Coelho, que brilhantemente me orientou desde a escolha até a conclusão deste trabalho. Agradeço, reiteradamente, sua atenção e disposição.

Muito obrigada, sem vocês nada disso seria possível.

Resumo

Analisa-se acerca da tutela antecipada no Código de Processo Civil vigente e as alterações propostas no Projeto do novo Código de Processo Civil, traçando comparações entre si, ressaltando as relevantes modificações que poderão ocorrer com a nova redação. Ademais, atrela-se às modificações propostas a questão da morosidade da Justiça, bem como sua ligação no contexto do requerimento indiscriminado e sem nexos das tutelas antecipadas, demonstrando como pode ocorrer sua banalização. Demonstra-se ainda, a importância da celeridade processual e ressalta que as modificações trazidas pela nova redação do CPC buscam pela razoável duração do processo. Propondo, uma análise acerca das possíveis causas da morosidade da Justiça, relacionando suas respectivas soluções.

Palavras-Chave: tutela antecipada; Projeto do novo Código de Processo Civil; morosidade da Justiça; causas, soluções.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	7
A TUTELA ANTECIPADA -----	9
1.1. Origem -----	9
1.2. Conceito -----	10
1.3. Natureza Jurídica -----	11
1.4. Requisitos -----	13
2. A TUTELA ANTECIPADA NO CPC VIGENTE E NO PROJETO DO NOVO CPC-----	17
2.1. Unificação da tutela antecipada e medida cautelar -----	17
2.2. Comparações -----	18
2.2.1. Diferenciação entre medidas satisfativas e medidas cautelares-----	18
2.2.2. Procedimento Cautelar-----	19
2.2.3. O Instituto da Caução e a reversibilidade da tutela antecipada-----	20
2.2.4. Possível desmembramento do artigo 273 do CPC no Projeto do novo CPC-----	22
2.2.5. Competência do Magistrado-----	25
2.2.6. Concessão de medida cautelar -----	25
3. A TUTELA ANTECIPADA E A MOROSIDADE DA JUSTIÇA -----	26
3.1. Relevantes causas da morosidade da justiça -----	28
3.2. Possíveis soluções para a morosidade da Justiça-----	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	34
REFERÊNCIAS:-----	37

INTRODUÇÃO

Por meio das garantias que a Constituição Federal prevê, dispõe-se o acesso à justiça, um direito que qualquer cidadão possui.

Assim, o indivíduo poderá reclamar seu direito sempre que senti-lo ameaçado, por intermédio do Judiciário. Este, por sua vez, tem o dever de solucionar o conflito que lhe for apresentado, promovendo um fim à lide.

No entanto, antes de se alcançar a esperada solução para tais litígios ocorre a abertura de todo um procedimento, um longo e muitas vezes demorado caminho a ser percorrido até a sentença.

Acontece que em determinados casos específicos, a parte não dispõe de tempo para aguardar os trâmites processuais, a demora que surge como consequência de toda burocratização do sistema judiciário, necessitando de um provimento jurisdicional rápido, seja para evitar o perecimento de um bem ou até mesmo para garantir o direito à saúde e à vida, por exemplo.

Surgindo assim a tutela antecipada, no intuito de evitar os efeitos do tempo que poderiam causar dano irreparável ou de difícil reparação ao direito da parte, adiantando à mesma os efeitos da sentença.

Contudo, a busca pelo Judiciário na atualidade aumentou de forma desordenada, de modo que a demora processual tem sido um dos grandes problemas enfrentados, surgindo assim, os pedidos de tutela antecipada sem realmente a parte necessitar.

Considerando a tal morosidade e com o intuito de acompanhar a evolução da sociedade, foi proposta uma reforma no Código de Processo Civil, tendo em vista alcançar a celeridade processual ou pelo menos amenizar os efeitos do tempo até a resolução da lide.

Neste sentido, no primeiro capítulo do presente estudo é apresentado um breve histórico sobre a tutela antecipada, de como esta surgiu no ordenamento jurídico brasileiro e da maneira como se aperfeiçoou até os dias atuais, bem como a conceituando e ressaltando os requisitos indispensáveis para sua concessão, do mesmo modo acentuando suas características.

O capítulo seguinte trata de diferenciar a tutela antecipada e a medida cautelar, bem como se faz uma observação da tutela antecipada no atual

Código de Processo Civil, comparando-a com a nova redação apresentada pelo Projeto do novo Código de Processo Civil. Dessa forma, traçam-se comentários acerca das mudanças positivas e relevantes que poderão ocorrer com a redação do mencionado Projeto. Refletindo a respeito da morosidade da justiça, bem como a modernização que o CPC trará ao Sistema Judiciário com as alterações sofridas.

Por fim o terceiro e último capítulo tem por finalidade esclarecer pontos importantes acerca da lentidão enfrentada atualmente, como suas causas e possíveis soluções para se atingir uma maior celeridade processual, refletindo em uma análise a respeito de atacar os problemas por onde se iniciam, pelas suas raízes, a começar pela conscientização da sociedade no que se refere à procura desmedida pelo Judiciário e fazê-la perceber a importância da conciliação na solução dos conflitos, além de se fazer uma reflexão na urgência da reforma no Sistema Judiciário.

A TUTELA ANTECIPADA

1.1. Origem

Primeiramente vale ressaltar o atual momento do poder judiciário quando comparado há alguns anos pretéritos, antes da criação da tutela antecipada, considerando a morosidade da justiça que amontoavam os cartórios de processos. Assim, no intuito de acabar com o problema da demora e sanar o perigo de dano irreparável ao autor, em virtude dos anos em que se passava até a resolução da lide, a melhor solução foi a criação da antecipação da tutela.

Tal tutela surgiu no Direito Romano, por intermédio do “*interdicto*” ou “*interdictum*”, que era uma ordem emanada pelo “pretor”, tendo este soberania para a solução dos conflitos e responsável por decidir divergências, sem que houvesse a participação das partes comprometidas, se especificava por ser uma forma de tutela satisfativa e caráter provisional. Sempre mediante provocação do interessado.

CARMIGNANI (2001, p.31) citando Volterra afirma que, segundo o mesmo: “os interditos eram ordens promulgadas pelo magistrado em virtude de seu *imperium* e segundo as fórmulas previstas de antemão em seu edito, a pedido de uma pessoa que a ele se dirigia acreditando-se lesada pelo comportamento de outra”.

Importante ressaltar que o mérito das decisões de cunho positivo ou negativo, baseava-se em um juízo de probabilidade das alegações do autor e que tinha por objetivo a antecipação dos efeitos da decisão que somente seria proferida em momento posterior.

Entretanto, a tutela antecipada adquiriu sua essência no ordenamento jurídico italiano.

Tendo em vista que o procedimento jurídico romano se revelou ineficiente para a efetivação dos direitos pretendidos, a doutrina italiana aperfeiçoou este instituto de forma a assegurar a real concretização do direito requerido no mérito da ação.

O Código de Processo Civil Italiano de 1942, conforme preceitua em seu artigo 700, atribui ao juiz o poder de determinar as medidas provisórias que

julgar adequadas quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.

No entanto, os efeitos da tutela antecipada não eram desconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro.

O Código de Processo Civil mostra uma forma de tutela antecipada, a qual está prevista em seu artigo 928 onde se permite a antecipação do mérito da demanda nas ações possessórias, cabendo ao autor provar determinados requisitos, estes especificados no referido artigo do mesmo *códex*.

Portanto, a tutela antecipada quando implantada na legislação processual civil brasileira deixou de garantir ao cidadão a efetividade de quaisquer direitos ameaçados, uma vez que se voltou apenas às ações possessórias.

Dessa forma, com o intuito de contornar o desequilíbrio desta situação e superar a vagariedade processual, foi descoberta na ação cautelar uma saída para garantir a celeridade do direito pleiteado. Inúmeras questões foram discutidas, chegando-se à conclusão de que na maioria das vezes, o fato de se generalizar a utilização das medidas cautelares, tornou sua aplicação abusiva.

O objetivo de ampliar e bem estruturar a antecipação provisória de tutela satisfativa se deu com a Lei 8.952/94 que, atendendo à aspiração social de um ajuste do processo à dinâmica da realidade, trouxe o instituto da antecipação da tutela.

1.2. Conceito

A expressão “Tutela” significa, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2004, pág. 2.790): “proteção exercida em relação a alguém ou a algo mais frágil. Sob o âmbito jurídico, não há como dissociar a sua definição original da sua nomenclatura jurídica”.

Assim, sendo a tutela basicamente o ato de “proteger”, sua antecipação nada mais é que evitar dano maior causando assim prejuízo do direito pleiteado. Juridicamente, entende-se como tutela antecipada o adiantar dos efeitos da decisão final do processo, que tem como objetivo evitar dano ao direito da parte.

Preleciona DINAMARCO, (1995, p. 140): “[...] tutela jurisdicional é a proteção em si mesma e consiste nos resultados que o processo projeta para fora de si e sobre a vida dos sujeitos que litigam”.

A tutela antecipada, em suma, garante a possibilidade de produzir efeitos provisórios de satisfação imediata do direito do litigante. Ou seja, permite ao juiz, antes do trânsito em julgado, autorizar a provisória execução da sentença, ainda pendente de recurso, sempre que considerá-la necessária.

Segundo BUENO (2007, p. 32): “[...] nada, absolutamente nada, há de errado em entender que a "tutela antecipada" é *antecipada* justamente porque os efeitos da sentença que, como regra, fica sujeita a um recurso que tem *efeito suspensivo* podem vir a ser sentidos antes disso, antecipadamente a isso”.

Já MARINONI (2009, p. 44/45) conceitua a antecipação de tutela como: “A "antecipação total dos efeitos" da sentença condenatória nada mais é do que a antecipação do efeito executivo (ou melhor, a produção antecipada do efeito executivo) da sentença de condenação, que torna viável a antecipação da realização do direito afirmado pelo autor. A "antecipação total dos efeitos" da sentença condenatória consiste na antecipação da realização do direito que o autor pretende ver realizado”.

Assim, conclui-se em suma que a antecipação de tutela baseia-se em uma técnica processual de adiantar os efeitos que uma sentença com trânsito em julgado produziria.

1.3. Natureza Jurídica

Ressalta-se que as ações podem ser consideradas e classificadas sob vários pontos de vista e sob os mais variados critérios. A própria lei processual leva em conta essas distinções, especialmente ao distribuir a competência.

Contudo, hoje em dia, esses critérios de classificação devem dar causa a outro, ligado exclusivamente ao aspecto processual da tutela jurisdicional pretendida. Classificam-se, ultimamente, as ações sob um critério eminentemente processual, tendo em vista os efeitos específicos que objetivam.

Mediante este critério processual é possível perceber os tipos de tutela que o Estado oferece, os quais transbordam da simples condenação, que era o tipo conhecido antes da revisão dos conceitos do processo.

Com base neste critério, perpetuado unicamente à tutela jurisdicional pretendida - pedido levado à apreciação do órgão estatal - as ações podem ser classificadas em ações de conhecimento, cautelares e executivas.

Sendo o Estado instigado para resolver o pedido a ele levado, originado de um conflito de interesses, é certo dizer que no processo de conhecimento, o juiz é chamado a julgar, declarando quem tem razão entre os litigantes.

É importante lembrar que no processo de execução, é possível afirmar que o Estado “entra” dentro do patrimônio do devedor, retira de sua propriedade um bem e o vende para atender o direito do credor já antecipadamente consolidado por meio de um título executivo judicial ou extrajudicial.

Como mencionado pelo Doutor Odilon Romano Neto, Juiz Federal do TRF – 2º região, em uma de suas aulas ministradas no curso de Direito Processual Civil no Centro Universitário Geraldo Dibíase (UGB): “*O processo de Execução é a legalização do uso da força pelo Estado*”.

No que tange às medidas propriamente cautelares, merecem ser lembradas as que visam resguardar provas ou preservar bens. Aquelas como meio indispensável ao processo de cognição, são objeto de tutela mediante a produção antecipada de provas.

A Lei n. 8.952, de 13.12.1994 estabeleceu, através de alteração no artigo 273 do Código de Processo Civil, a possibilidade de, num processo determinado, o juiz, a requerimento da parte, antecipar total ou parcialmente a tutela pretendida no pedido inicial; para tanto deverá haver prova inequívoca, capaz de convencer o magistrado da verossimilhança da alegação, havendo fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Sendo adequado lembrar que a lei não aponta o modo de conceder a antecipação de tutela, com o que deixa um leque indefinido de possibilidades à disposição do julgador.

Assim, tratando-se de obrigações outras que não a de entregar quantia certa em dinheiro, a antecipação será concedida por ato judicial capaz de conduzir à efetividade do exercício do direito, podendo revestir-se da natureza processual que for adequada e suficiente.

1.4. Requisitos

Estabelece o artigo 273 do Código de Processo Civil os requisitos necessários à concessão da tutela. São os seguintes pressupostos: a) requerimento da parte interessada; b) existência de prova inequívoca quanto ao direito pleiteado; c) verossimilhança da alegação; d) fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, alternativamente, que fique evidenciado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu. É indispensável que não seja configurado o caráter irreversível advindo dos efeitos da antecipação da tutela.

Para o deferimento ou não, total ou parcialmente, do pedido de antecipação de mérito formulado pelo autor, o juiz deve certificar-se quanto ao atendimento simultâneo dos requisitos extraídos do *caput* do artigo 273 do Código de Processo Civil que, juntamente com a possibilidade de reversão do provimento prevista no parágrafo 2º, devem estar sempre presentes. Quanto às condições gerais da antecipação, SANTOS (1996, p. 30) ensina que:

[...] Verossimilhança, pois, e prova inequívoca são conceitos que se completam exatamente para informar que a antecipação da tutela só pode ocorrer na hipótese de juízo de máxima probabilidade, a certeza, ainda que provisória, revelada por fundamentação fática, onde presentes estão apenas motivos positivos de crença.

Destarte, podemos afirmar que o convencimento de verossimilhança nada mais é do que um juízo de certeza, de efeitos processuais provisórios, sobre os fatos em que se fundamenta a pretensão, em razão de existência de qualquer motivo de crença em sentido contrário.

Reputamos, também, acerca da prova inequívoca, que não é prova pré-constituída, mas sim aquela não deixa dúvidas, é clara.

Nesse sentido, coleciona DONIZETTI (2008, p.221):

Por prova inequívoca entende-se a prova suficiente para levar o juiz a acreditar que a parte é titular do direito material disputado. Trata-se de um juízo provisório.

Ou seja, é a prova capaz de convencer o magistrado do direito pleiteado.

E, caso seja evidenciado o abuso de defesa do réu, ou o intuito protelatório, ou seja, quando o réu apresentar defesa em face da clareza dos fatos apresentados, ou restar demonstrado a intenção de sempre protelar o fim do processo, poderá ser concedida a tutela antecipada.

Por aplicação do princípio da demanda, que limita a iniciativa das partes à prestação da atividade jurisdicional, o art. 273 do Código de Processo Civil coloca como primeiro requisito para que seja possível a concessão da tutela antecipada o requerimento da parte e veda que a mesma seja deferida de ofício pelo magistrado.

Põe-se, nesse passo, a regra da imobilização da autoridade, no sentido de que não haverá a possibilidade do magistrado prestar a tutela jurisdicional sem o pedido expresso da parte.

Apesar de o tempo ser fator primordial para a realização efetiva da função jurisdicional, não se pode perder de vista que alguns princípios como o da ampla defesa e o contraditório, não podem, de forma alguma, serem relegados, haja vista que a tutela sumária em favor do autor pode resultar em prejuízos irreparáveis para o réu, que não teve a oportunidade de ter um contraditório pleno.

Resta dizer, portanto, que em observância ao Princípio Constitucional do Contraditório, antes de deferir o pedido de antecipação, o juiz deve colher a manifestação do requerido, todavia, tal providência somente poderá ser dispensada quando outro valor jurídico, de mesma envergadura constitucional que o contraditório, possa ficar comprometido com a ciência do réu, podendo o juiz antecipar a tutela sem a presença do réu se a sua convocação prejudicar a eficácia da medida.

É importante dizer que os tribunais divergem quando se trata da possibilidade da antecipação sem a oitiva do réu, cabendo a cada caso concreto e da admissibilidade de cada magistrado sua concessão.

O requisito do inciso I do art. 273, (fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação) exigido para embasar pedido de tutela antecipada, guarda correspondência com lesão grave e de difícil reparação (*periculum in mora*). Traduzem ambas, no fundo, situações análogas, ensejadoras de uma tutela de urgência.

O receio, referido na lei, indica a apreensão em torno de um dano ainda não ocorrido, porém prestes a ocorrer, pois, para ser fundado, deve estar cercado de circunstâncias fáticas objetivas, suficientes para mostrar que a falta da tutela ensejará efetivamente a ocorrência daquele dano, que será irreparável ou pelo menos de difícil reparação.

Não deve o fundado receio ser entendido apenas como um temor subjetivo da parte, mas como aquele apto a gerar um risco efetivo, originado em fatos concretos, isto é, aquele receio que pode ser objeto de prova concreta, de modo a aprovar o juízo da verossimilhança, ou que demonstre haver grande probabilidade de advir grave prejuízo.

Insta salientar que, demorando-se o autor para obter a sentença (no pressuposto de que fosse proferida depois da audiência), ou mesmo com julgamento antecipado, e, em ambos os casos, depois do julgamento de recurso(s) quando, só então, os seus efeitos poderão tornar-se concretos, isto não se revelará de utilidade para o autor, ainda que vencedor.

Tal requisito do inciso I do art. 273 do CPC: “haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação”, é considerado requisito alternativo para a concessão da tutela antecipada. Ele passa a conviver com a “lesão grave e de difícil reparação” do processo cautelar (art. 798 do CPC), traduzindo ambas, no fundo, situações análogas, carentes de uma tutela de urgência. Este receio aludido na lei se compara àquele dano que poderá ocorrer caso não seja concedido tutela de urgência ao autor do pedido, dano este que poderá ser irreparável caso não seja concedida tal tutela antecipada.

A prática diuturna da vida forense, entretanto, serviu de base à colocação dessa exigência, de forma expressa, diante da despreocupação ou até mesmo omissão de inúmeros magistrados que, frequentemente, ao apreciarem pedidos de liminares, deixavam de fundamentar a concessão ou o indeferimento da medida, subtraindo da parte o conhecimento das razões, positivas ou negativas, do convencimento do julgador.

A exigência visa justamente a que o magistrado deixa muito clara as razões que fundamentaram a concessão, de modo que não seja dado um caráter de ordinariiedade a medidas desenganadamente extraordinárias.

Vista como um princípio de natureza constitucional, a fundamentação dos atos jurisdicionais, configura não só direito fundamental das partes que vão a juízo deduzir suas pretensões, mas representa também instrumento de controle sobre o poder estatal de que estão investidos os órgãos que prestam a jurisdição, para evitar que ocorram abusos.

Assim, sob pena de nulidade da decisão, um julgador deve precisar as razões pelas quais, a seu ver, existe ou não o *periculum in mora*; a probabilidade de ocorrência de dano, e se este se mostra potencialmente irreparável ou de difícil reparação; ou, ainda, se entende estarem presentes aos elementos indicativos do abuso de direito de defesa ou da prática de ato protelatórios do réu, na hipótese de pedido antecipatório com fulcro no inciso II, artigo 273 do Código de Processo Civil.

A garantia constitucional de acesso ao Judiciário, dada pelo Estado aos indivíduos, através do princípio da inafastabilidade, significa não só a proteção judiciária a todo aquele que dela necessite, mas representa, sobretudo, o direito à tutela jurisdicional, que, como elemento indissociável do devido processo legal, representa aquela tutela apta a tornar efetivo um direito material.

Em outras palavras, significa o direito a processo efetivo, próprio às peculiaridades da pretensão de direito material que se diz titular aquele que busca a proteção do Poder Judiciário.

Logo, resta dizer, que o exercício da jurisdição constitui o elemento básico da tradicional classificação da tutela jurisdicional em tutela de conhecimento, de execução e cautelar.

Apreciar as lesões ou ameaças a direitos e repará-las ou coibi-las quando confirmada a sua existência, outra coisa não é senão prestar tutela jurisdicional.

A prestação jurisdicional compõe-se de um conjunto de atividades que, classicamente, segundo a natureza da atividade desenvolvida pelos órgãos jurisdicionais, divide-se em três espécies distintas: tutela de cognição, tutela de execução e tutela cautelar. Na primeira, fixa-se a regra jurídica que deve

regular o caso concreto, formulando-se juízo sobre o direito afirmado; na segunda, são tomadas as providências práticas para que se realize, no plano fático, o direito certificado ou presumidamente existente; e, na terceira, são adotadas medidas destinadas a assegurar o resultado útil das duas primeiras, sempre que houver ameaça de dano à efetividade do processo.

Diante do acima exposto e visando acompanhar a evolução da sociedade, alterações estão prestes a ocorrer no Código de Processo Civil.

2. A TUTELA ANTECIPADA NO CPC VIGENTE E NO PROJETO DO NOVO CPC

2.1. Unificação da tutela antecipada e medida cautelar

Atualmente, o Código de Processo Civil, em seu artigo 273 prevê que para a ocorrência da antecipação da tutela é necessário o preenchimento de certos requisitos, como mencionado no capítulo anterior. Insta salientar que a tutela antecipada pode ser requerida em qualquer fase do processo, até mesmo na sentença final.

Assim entende DONIZETTI (2008, p. 227):

Tanto a confirmação da tutela antecipada quanto a própria concessão da medida na sentença fazem com que eventual apelação seja recebida apenas no efeito devolutivo, permitindo, assim, a execução provisória (art. 520, VII). Possível também é a concessão dos efeitos da tutela na fase recursal. Nesse caso, a competência para apreciar o pedido é do relator do recurso, por analogia ao art. 800, parágrafo único.

E, acrescentando ainda, que não sendo definido em que tempo da ação pode-se requerer a tutela antecipada, entende-se que o artigo 273 do Código de Processo Civil quis deixar o procedimento de forma mais livre e flexível, de forma a evitar os males que poderiam surgir em decorrência da demora processual.

Não se pode olvidar a presença do *periculum in mora*, pois apesar de tal requisito não restar estampado na lei, pode perfeitamente ser assimilado ao receio do dano. E, de outra forma, não existindo este último, resta suficiente que fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Assim é que, preenchidos os requisitos do referido artigo, são deferidos atualmente os efeitos da tutela antecipada enquanto se aguarda a solução definitiva esperada no processo principal.

No entanto, tais requisitos estão na iminência de serem modificados, pois se encontra em andamento o projeto de um novo Código de Processo Civil (PL 166 de 2010), a fim de modernizar o código atual, salientando que este último está em vigor desde 1973.

Fundamental também esclarecer que a tutela antecipada em muito se assemelha à tutela cautelar, no sentido de derivarem do mesmo gênero, tendo em vista serem tutelas de urgência. No entanto, se diferem com relação ao objeto, ou seja, a primeira entrega o objeto, motivo da lide, satisfazendo a vontade de uma das partes, enquanto não há a decisão final do processo e, a segunda garante ou assegura o objeto para entregá-lo à parte quando da decisão final do processo.

Acontece, porém, que no Projeto do Código de Processo Civil as tutelas antecipadas e cautelares, serão tratadas no mesmo título, com nova nomenclatura, substituindo as cautelares nominadas ou inominadas, previstas nos artigos 273 do Código de Processo Civil, 796 e seguintes do mesmo *códex*.

Mostrando assim que a busca por uma maior celeridade processual e efetividade no procedimento das medidas de urgência é um dos principais objetivos do Projeto.

2.2. Comparações

Diante da unificação da tutela antecipada e medida cautelar, torna-se essencial realizar algumas comparações entre as mesmas, considerando o atual Código de Processo Civil e o Projeto do novo Código de Processo Civil. Vejamos:

2.2.1. Diferenciação entre medidas satisfativas e medidas cautelares

O artigo 796 do atual Código de Processo Civil prevê que o processo cautelar surge como instrumento pronto e eficaz de segurança e prevenção

para a realização dos interesses, eis que pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal.

Art. 796 – O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente.

Sua finalidade é a de preservar o bem ou o direito, para que permaneça íntegro até a resolução da lide.

Já no Projeto alterado pelo Senador Valter Pereira, as alterações se comportam mais como um acréscimo, pois define o que são as medidas satisfativas e o que são as medidas cautelares e, apesar de tratar as tutelas antecipadas e as tutelas cautelares no mesmo título, nitidamente faz-se a diferenciação entre elas, o que não acontece no artigo 796 do atual diploma legal, levando por vezes, os operadores do direito a equívoco, devido à semelhança existente entre elas, como mencionado anteriormente.

Conforme alteração apresentada no relatório geral do Senador Valter Pereira, o artigo que trata sobre as tutelas antecipada e cautelar segue com a seguinte redação:

Art. 269 – A tutela de urgência e a tutela de evidência podem ser requeridas antes ou no curso do processo, sejam essas medidas de natureza satisfativa ou cautelar.

§1º São medidas satisfativas que visam a antecipar ao autor, no todo ou em parte, os efeitos da tutela pretendida.

§ 2º São medidas cautelares as que visam a afastar riscos e assegurar o resultado útil do processo.

§ 3º As medidas satisfativas poderão ser requeridas na petição inicial ou no curso do processo.

§ 4º As medidas cautelares poderão ser requeridas antecedentemente à causa principal ou incidentalmente.

Portanto, não houve mudança significativa, apenas acrescentou-se a distinção entre medidas satisfativas e medidas cautelares.

2.2.2. Procedimento Cautelar

O procedimento cautelar tem a finalidade de assegurar, tanto no andamento cognitivo ou executório do procedimento, o direito pretendido no

mérito para que este não seja lesionado, tendo em vista que na prática fazer valer o Princípio da Duração Razoável do Processo é quase uma tarefa herculana.

Assim sendo, o legislador ciente deste problema, elaborou a redação do artigo que trata do procedimento cautelar da seguinte forma:

Art. 798 – Além dos procedimentos cautelares específicos, que este Código regula no Capítulo II deste Livro, poderá o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.

Vejamos agora o artigo 270 do Projeto do Código de Processo Civil:

Art. 270 - O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.

Parágrafo único. A medida de urgência poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.

Importante salientar que o artigo 805 do atual CPC em vigor, constará como parágrafo único do art. 278 no novo Projeto deste mesmo *códex*. Sendo assim, vale sua transcrição *in verbis*:

Art. 805. A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.

Dessa forma, não haverá alteração significativa entre os referidos artigos já citados.

2.2.3. O instituto da caução e a reversibilidade da tutela antecipada

A garantia prevista no artigo 270 do Projeto do Código de Processo Civil, qual seja, a caução, tem como finalidade a indenização por um possível dano que venha a recair sobre o direito da parte requerida, em decorrência de uma decisão que concede a tutela de urgência. Até porque tal decisão ocorre, muitas vezes, sem a oitiva da parte contrária.

Segundo SILVA (1989, p. 405):

Caução, do latim *cautio*, de modo geral, quer expressar a cautela que se tem ou se toma em virtude da qual certa pessoa oferece a outrem, ou dele exige a garantia ou a segurança para o cumprimento de alguma obrigação.

No entanto, a caução não é requisito para a concessão da tutela de urgência, ou seja, se houver a impossibilidade de sua prestação, por hipossuficiência da parte, não há que se falar em indeferimento da referida tutela.

Lado outro, o artigo 273 do Código de Processo Civil, em seu § 2º determina que: “Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado”. Ou seja, para a concessão da tutela antecipada é necessário que a pretensão não cause prejuízo irreversível a outra parte.

Ou seja, esse parágrafo foi inserido na norma para que o juiz, ao deferir a antecipação de tutela, se atente com coisas que não podem retornar ao seu estado anterior.

Além de situações pecuniárias que podem ser resolvidas, em comparação com outros casos, facilmente, existem situações morais e até mesmo físicas das pessoas que são impossíveis de voltar ao seu “status quo ante”.

Nestes casos, há de se aplicar o Princípio da Proporcionalidade. Esse princípio ensina que, mesmo que haja interesses em jogo que não voltariam ao seu “estado de antes”, devem ser analisados os valores em jogo. Dessa forma, chega-se à concessão da tutela antecipada.

Nesse sentido, nos ensina DONIZETTI (1998, p. 188):

O perigo da irreversibilidade não pode ser visto em termos absolutos. O objetivo da medida antecipatória é evitar danos ao direito subjetivo das partes. Assim, é indispensável que o juiz sopesse os valores dos bens em conflito, decidindo com bom senso. Em ação declaratória, na qual se questiona o ato de tombamento e a negativa para demolição, a prudência recomenda não antecipar os efeitos da decisão final. Solução diversa poderá ser dada se o imóvel, em razão de perigo de desmoronamento, acarretar grave risco para a vizinhança.

Diante disso, vê-se que tanto a caução, quanto a reversibilidade da tutela antecipada podem ser relativas dependendo do caso em que se são

aplicadas. Como exemplo tem-se a hipossuficiência no primeiro caso e o Princípio da Proporcionalidade no que se refere à reversibilidade dos efeitos da tutela antecipada.

2.2.4. Possível desmembramento do artigo 273 do CPC no Projeto do novo CPC

Veamos agora o artigo 273 do Código vigente, que por sua vez, estabelece que a tutela antecipada seja resposta jurisdicional de natureza satisfativa, sendo deferida em favor do autor, dependendo de pedido deste e justificada pela impossibilidade de se aguardar pela prolação da sentença.

No entanto, o referido artigo poderá sofrer mudanças no sentido de ser desmembrado no novo Projeto do CPC.

Sendo assim, segue a redação do art. 273 do CPC atual e art. 804 do mesmo *códex*, ressaltando que este último também poderá ser substituído:

Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

Art. 804. É lícito ao juiz conceder liminarmente ou após justificção prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz; caso em que poderá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer.

E no Projeto, a redação poderá ser da seguinte forma:

Art. 276. Para a concessão da tutela de urgência serão exigidos elementos que evidenciem a plausibilidade do direito, bem como a demonstração de o risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

Parágrafo único. Na concessão liminar da tutela de urgência, o juiz poderá exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer, ressalvada a impossibilidade da parte economicamente hipossuficiente.

Neste caso, ocorre uma mudança, tendo em vista a decisão que concede ou nega a tutela de urgência, pois o magistrado poderá determinar

uma garantia para reparar possíveis danos que o requerido possa vir a sofrer com o deferimento da decisão liminar, exceto se a parte for comprovadamente hipossuficiente.

Já o § 1º do artigo 273 do mesmo *códex* poderá ser modificado, pelo artigo 271 do Projeto. Sendo assim, vale sua transcrição:

Art. 273. ...

§ 1º Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões de seu convencimento.

Então, com as alterações propostas pelo PL 166/10, poderá em sua redação ficar estabelecido o seguinte:

Art. 271. Na decisão que conceder ou negar a tutela de urgência e a tutela da evidência, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões de seu convencimento.

Parágrafo único. A decisão será impugnável por agravo de instrumento.

Neste caso, portanto, a alteração ocorrida se refere à decisão que conceder ou negar a tutela de urgência ou a tutela da evidência poder ser atacada por agravo de instrumento.

E, por sua vez o inciso II, § 6º do art. 273, do CPC vigente, assim estabelece:

Art. 273. ...

II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

...

§ 6º A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

Já no Projeto do novo Código de Processo Civil, poderá ser sua redação da seguinte forma:

Art. 278. Será dispensada a demonstração de risco de dano irreparável ou de difícil reparação, quando:

I - ficar caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do requerido;

II - um ou mais dos pedidos cumulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso, caso em que a solução será definitiva;

III - a inicial for instruída com prova documental irrefutável do direito alegado pelo autor a que o réu não oponha prova inequívoca; ou

IV - a matéria for unicamente de direito e houver tese firmada em julgamento de recursos repetitivos, em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em súmula vinculante.
Parágrafo único. Independência igualmente de prévia comprovação de risco de dano a ordem liminar, sob cominação de multa diária, de entrega do objeto custodiado, sempre que o autor fundar seu pedido reipersecutório em prova documental adequada do depósito legal ou convencional.

Nesse caso, há uma grande mudança, tendo em vista serem acrescentadas situações novas, bem como fica esclarecido o momento do cabimento ou não da medida ali assegurada.

Portanto, em primeiro lugar há que frisar quais inovações trará esta redação. Pois bem, a primeira delas se refere à parcela do litígio, ou seja, se esta for incontroversa deverá ser julgada imediatamente, tendo em vista haver pedido procedente. A segunda novidade se refere a uma prova documental robusta a ponto de não poder ser afastada pelas provas produzidas pela outra parte.

E, por fim a última inovação trazida por esta redação do deferimento da tutela da evidência que é a valorização dos precedentes judiciais formados nos Tribunais pátrios.

Já o § 3º do mencionado artigo do mesmo diploma legal, trata da efetivação da tutela, a saber:

Art. 273 ...

§ 3º A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A.

Podendo ocorrer uma possível substituição a este, está o artigo 273 do PL 166 de 2010, assim transcrito:

Art. 273. A efetivação da medida observará no que couber, o parâmetro operativo do cumprimento da sentença definitivo ou provisório, no que couber.

Portanto, as mudanças ocorridas entre estes é que enquanto no atual CPC a efetivação da tutela antecipada se dá de acordo com as normas estabelecidas nos artigos acima mencionados, no Projeto, a redação prevê maiores meios para que o magistrado garanta a efetividade da medida imposta,

pois dispondo dos capítulos de cumprimento de sentença definitiva ou provisória, haverá uma instrumentalização mais abrangente.

2.2.5. Competência do Magistrado

E, no que se refere ao artigo 800 do Código de Processo Civil em vigor, é fundamental esclarecer que as medidas cautelares são propostas perante o juiz da causa, e este, julga apenas a demanda principal.

Eis a transcrição do artigo pertinente:

Art. 800. As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa; e, quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal.

Parágrafo único. Interposto o recurso, a medida cautelar será requerida diretamente ao tribunal.

Sendo este substituído pelo artigo 272 do Projeto do Código de Processo Civil, vejamos:

Art. 272 - A tutela de urgência e a tutela da evidência serão requeridas ao juiz da causa e, quando antecedentes, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

Parágrafo único. Nas ações e nos recursos pendentes no tribunal, perante este será a medida requerida.

Portanto, não houve mudança significativa, pois se trata da competência do magistrado, ou seja, uma vez proferida a sentença, o juiz da causa não poderá intervir no processo se este estiver em fase recursal, o qual deverá ser requerido e como consequência distribuído no Tribunal, pois este será competente para julgar a lide nesta fase.

2.2.6. Concessão de medida cautelar

E, por último e não menos importante está o artigo 797 do Código vigente, o qual prevê que em certos casos há a possibilidade de se conceder a medida cautelar por ofício pelo juiz, sem a oitiva de ambas as partes, com o objetivo de conservar a prova ou a coisa, objeto da lide.

Assim o prevê:

Art. 797. Só em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz medidas cautelares sem a audiência das partes.

No entanto, este poderá ser substituído pelo artigo 277 do Projeto, o qual estabelece que o magistrado pode agir de ofício no processo.

Vejamos:

Art. 277. Em casos excepcionais ou expressamente autorizados por lei, o juiz poderá conceder medidas de urgência de ofício.

Este artigo prevê a possibilidade que o juiz tem em alguns casos de urgência agir de ofício no processo. Ou seja, a única mudança ocorre com relação ao maior poder de ação conferido ao magistrado.

Diante de tais comparações, há que se notar a evolução do Poder Judiciário no tocante à tutela antecipada e os benefícios que ela pode trazer em uma lide.

Até porque fica notório que a intenção do legislador ao reformar o Código de Processo Civil, é de efetivar a celeridade processual, tendo em vista a duração razoável do processo.

E, assim evitar ou pelo menos diminuir os efeitos nefastos que a demora processual pode causar em um litígio.

Seguindo essa linha de raciocínio, mudanças são sempre bem vindas, mas imperioso se faz recordar que, se fossem elas voltadas a acrescentar um melhor desempenho da justiça, como treinamento dos serventuários, maior quantidade de magistrados distribuídos em varas específicas, etc., a questão da demora processual seria resolvida, pois o grande problema está na administração da Justiça brasileira.

Ou seja, as mudanças propostas serão muito bem vindas, no sentido de modernizar o Código de Processo Civil e no combate à morosidade processual, no entanto, há que se analisar outras questões que podem ser o motivo de todo um transtorno processual, questões estas que conduzem fatalmente à morosidade processual.

3. A TUTELA ANTECIPADA E A MOROSIDADE DA JUSTIÇA

Fundamental se faz salientar que a morosidade da Justiça não é um caso atual, essa questão vem se arrastando há anos, sendo consequência de um Judiciário que não foi capaz de acompanhar as mudanças que ocorreram e

vem ocorrendo na sociedade.

Podemos perceber claramente que o uso indiscriminado da tutela antecipada foi uma forma de se obter celeridade, diminuindo os riscos causados pela demora processual.

Inegavelmente, a tutela antecipada se tornou a “tábua de salvação” no combate à morosidade processual. E, não tardará para que a mesma se torne banalizada, diante de sua imensa requisição.

E, tendo em vista que as relações sociais e econômicas se definem mais pelo movimento veloz da realidade, a prestação jurisdicional de forma generalizada, destaca-se como sendo o ponto da depreciação e, como consequência, da censura pela certa e sabida demora.

Dessa forma, o sistema processual brasileiro, exatamente por não garantir uma tutela jurisdicional verdadeira, que pudesse assegurar às partes a realização de seus interesses de forma célere, produziu desvantagem ao crescimento da sociedade, no sentido de frear seu avanço.

Nesse sentido nos ensina CAPPELLETTI e GARTH (1988, p. 20-21):

Em muitos países, as partes que buscam uma solução judicial precisam esperar dois a três anos, ou mais, por uma decisão exequível. Os efeitos dessa delonga, especialmente se considerados os índices de inflação, podem ser devastadores. Ela aumenta os custos para as partes e pressiona os economicamente fracos a abandonar suas causas, ou aceitar acordos por valores muito inferiores àqueles a que teriam direito. A Convenção Europeia para Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais reconhece explicitamente, no artigo 6º, parágrafo 1º que a Justiça que não cumpre suas funções dentro de 'um prazo razoável' é, para muitas pessoas, uma Justiça inacessível.

Entretanto, infelizmente esse quadro crítico somente se agrava. A busca pela celeridade na entrega da tutela jurisdicional é incansável e constante.

O que justifica que, na ocasião em que uma reforma no Código de Processo Civil é apresentada, continuam velhas dúvidas e surjam novas até mais preocupantes, todas voltadas às medidas capazes de efetivar o princípio da celeridade processual.

Dessa forma, não é difícil perceber que são necessários mais que alterações na legislação brasileira para resolver definitivamente os problemas relacionados à morosidade da Justiça.

Como afirmado anteriormente, mudanças na legislação são e serão sempre bem vindas, desde que com o intuito de acompanhar a evolução da sociedade. Mas, é extremamente importante que se faça antes de tudo uma análise a respeito das reais causas desta lentidão.

Assim se manifesta PARENTONI (2011, p. 286):

[...] A edição de um novo Código, por si só, e por melhores que sejam seus aspectos técnicos, não será capaz de fazer frente aos problemas atuais. Isso porque a solução reside em combater as causas do problema, não apenas seus reflexos aparentes. E, neste ponto, deve-se ter em mente que essas causas podem situar-se fora do âmbito processual, na própria sociedade.

Reforçando-se assim, a concepção de que somente a reforma no Código de Processo Civil não será suficiente para assegurar o tão sonhado ritmo processual célere.

3.1. Relevantes causas da morosidade da justiça

Sem dúvida a morosidade da justiça está ligada diretamente ao Sistema Judiciário, suas deficiências e à sociedade.

Um ponto de extrema relevância é o hábito que a sociedade tem, na atualidade, de estar sempre em busca do Poder Judiciário com o intuito de pôr fim a seus conflitos.

Esta questão merece destaque, pois tal procura só faz aumentar a cada dia, ou seja, as pessoas cada vez mais e por motivos pequenos e muitas vezes até banais, acionam o Judiciário para a resolução de seus litígios, quando se poderia buscar uma solução amigável e obter um resultado satisfatório extrajudicialmente.

O “vou procurar meus direitos” se tornou uma frase corriqueira, no sentido de que se perdeu o senso de excesso nessa busca desenfreada pelo Judiciário.

E como consequência disso, o Judiciário se revela incapaz de atender, em tempo razoável, o grande número de demandas.

Para NETO (2003, p. 20):

[...] a sociedade brasileira está acostumada e acomodada ao litígio e ao célebre pressuposto básico de que justiça só se alcança a partir de uma decisão proferida pelo juiz togado. Decisão esta muitas vezes restrita a aplicação pura e simples de previsão legal, o que explica o vasto universo de normas no ordenamento jurídico nacional, que buscam pelo menos amenizar a ansiedade do cidadão brasileiro em ver aplicada regras mínimas para regulação da sociedade.

Diante de tamanha crise, como afirmado anteriormente tem-se requerido a tutela antecipada na maioria dos casos, na expectativa de que seja resolvida a lide o quanto antes. O que, lamentavelmente, não funciona na prática.

Apesar do empenho dispendido pela comissão para a composição da redação do novo Código de Processo Civil no sentido de que sejam minimizados os efeitos da morosidade processual, com o objetivo de se alcançar a celeridade quando da unificação do instituto da tutela antecipada e dos procedimentos cautelares, dificilmente terá êxito, tendo em vista que as causas de toda a problematização não ocorrem na redação do Código de Processo Civil.

Até porque um segundo ponto que merece atenção é o fato de que o Estado é também responsável pela demora na resolução dos conflitos eis que o Judiciário está abarrotado de processos onde o Estado figura como parte.

É de fácil percepção quando se depara com as inúmeras ações de medicamentos em face do Estado por este não cumprir com sua obrigação de assegurar o direito à saúde. Isso sem mencionar as incontáveis ações de cobrança, pela razão de não cumprir adequadamente com suas obrigações trabalhistas, ou ainda o sistema previdenciário que é uma desordem e seria impossível enumerar o número de ações decorrentes de sua ineficácia.

Portanto, se torna claro a negligência do Estado que, além de não oferecer suporte ao Judiciário, ainda exerce grande participação em processos judiciais.

Além disso, o Estado quando conferiu pra si, em sua atividade jurisdicional, a responsabilidade de analisar e prover solução à lesão ou ameaça a direito (art. 5º, Inciso XXXV da Constituição Federal), não levou em conta sua estrutura e menos ainda sua incapacidade de oferecer ao povo todos

os direitos previstos na Constituição Federal, o que fatalmente acarreta a morosidade da Justiça.

Portanto, o Estado também possui sua parcela de culpa.

Vale ressaltar que a carência de magistrados é outro fator fundamental para a lentidão do andamento processual.

A referida carência pode se dar por falta de preparo dos candidatos e pela situação econômica do Judiciário que não dispõe de verba para promover a contratação de juízes, sendo assim, adia-se a realização de concursos, o que também conduz à morosidade do processo.

Inclusive, há comarcas onde um único magistrado é responsável pelos processos de todas as varas, trabalhando assim sob forte tensão e escassez de tempo. Sobre esse tema, assim afirmou o Ministro Peluso: "tem visto juízes morrendo cedo em razão de trabalho excessivo" (cfr. Tribuna do Advogado-Out./2010).

Lembrando que, todos os dias são distribuídos inúmeros processos com pedido de tutela antecipada, afirmando-se mais uma vez, que a mudança precisa ocorrer o quanto antes no Sistema Judiciário.

E, para corroborar ainda há a questão dos serventuários da Justiça, que muitas vezes são incompetentes para a função que exercem e com certeza contribuem e muito para o grande problema da morosidade.

Pode-se imaginar o que acontecerá daqui a alguns anos com a reforma do Código de Processo Civil e a tão almejada celeridade se aqueles que promovem o andamento forense não forem capazes de diferenciar intimação de citação ou não estiverem preparados a executar de forma precisa um simples despacho.

E a resposta é uma só, apesar da reforma no Código de Processo Civil, sobretudo a unificação da tutela antecipada e medida cautelar - que visa o rápido andamento processual e a desburocratização do mesmo – os gabinetes continuarão super abarrotados de processos aguardando uma decisão, a tutela antecipada estará presente na maioria dos pedidos iniciais, com a esperança ainda de se alcançar a celeridade, os advogados estarão a cada dia mais descontentes e as partes estarão com fundado temor de que a justiça não seja eficiente para que possam ter seus direitos preservados e garantidos.

Destacando que é a parte que arca com os tributos para a manutenção dos Três Poderes, contrata um defensor e aguarda que a justiça solucione seus litígios, sem ter nenhuma parcela de culpa com relação à insatisfação do servidor com seu salário, seus abonos, enfim, o que a parte realmente aguarda é a duração razoável de seu processo, pois é um direito seu.

3.2. Possíveis soluções para a morosidade da Justiça

A primeira atitude a ser tomada é conscientizar a população acerca da crise no Judiciário e demonstrar de forma clara o quão importante é a tentativa de uma resolução amigável antes de ajuizar uma ação.

No entanto, caso não seja possível, que realmente não possuam alternativas senão a busca pelo Judiciário, que se esforcem ao máximo para que consigam solucionar o litígio na conciliação.

Inclusive, esta tem se mostrado bastante eficaz na luta contra a morosidade da justiça, exatamente por ser um meio pelo qual um terceiro neutro, o conciliador ajuda as partes a recompor a comunicação, o diálogo de forma produtiva, de modo a se alcançar um acordo célere e simples ao mesmo tempo, visando sempre que possíveis soluções encontradas sejam interessantes para as partes em litígio, sem jamais prejudicar uma ou outra.

Vale transcrever a definição de conciliação do Dicionário Jurídico, por DINIZ (2005, p. 10):

Encerramento da lide feito pelas partes, no processo por meio de autocomposição e heterocomposição daquela. É o método de composição em que um especialista em conflitos faz sugestões para sua solução entre as partes, não é adversarial e pode ser interrompida a qualquer tempo. Pressupõe transigência e é aplicável a todos os conflitos e alguns da esfera penal em pequenos delitos e contravenções.

Ressaltando que a conciliação oferece a oportunidade para que as partes em conflito se ouçam e tenham contato com a realidade um do outro e possam elas mesmas, resolver seus conflitos por meio de um diálogo.

Daí a importância de esclarecer à sociedade da importância da conciliação para a resolução de seus conflitos, reduzindo assim, o número de processos que abarrotam o Judiciário e como consequência, agindo assim, não resta dúvidas que estarão contribuindo para a celeridade da justiça.

Outro caminho a ser percorrido para se alcançar a celeridade processual é a reforma, em regime de urgência, do Judiciário.

Assim nos diz PONCIANO, 2007, p. 07:

“Uma das principais metas para alcançar um Judiciário condigno com a realidade social são os investimentos em recursos humanos, tecnológicos e materiais. Para que o cidadão desfrute da efetiva tutela de seus direitos, através de uma prestação jurisdicional célere, adequada e de qualidade, deve existir número de juízes e servidores suficientes para dar conta da demanda processual, além disso, há a necessidade de investimentos pesados em recursos tecnológicos e materiais.”

Partindo dessa premissa, o país necessita de mais juízes, muito mais. Não há que se falar em celeridade se a quantidade de magistrados não for proporcional às demandas que são propostas.

Além disso, é necessário investir na qualificação e preparação dos serventuários da justiça, eis que são selecionados através de concurso público, o que não quer dizer que o candidato selecionado seja o melhor e mais bem qualificado para desempenhar suas funções administrativas.

Sem contar que o servidor que obtém êxito no concurso público, muitas vezes, vai trabalhar na companhia de outros servidores desmotivados, que mantêm técnicas ultrapassadas na efetivação das tarefas que são de sua competência.

Via de regra, aquele primeiro acaba por adquirir os hábitos equivocados de seus colegas, contribuindo sobremaneira para a morosidade da justiça.

Fundamental que haja um treinamento para os serventuários do Poder Judiciário, no sentido de aprimorar seus conhecimentos, atualizá-los e exigir dos mesmos um trabalho decente, afim de que, no mínimo, possam contribuir para a celeridade da justiça.

Quando se fala em reforma do Judiciário abre-se um leque infinito de questões a serem repensadas e analisadas.

Inclusive no que se refere à tutela antecipada, as partes e seus respectivos advogados precisam respeitar o andamento processual em ritmo normal, ou seja, tem que acabar com essa ideia equivocada de que o instituto da tutela antecipada proporciona celeridade à resolução das lides.

No entanto, é imprescindível que se tenha em mente que não basta acontecer uma reforma no Código de Processo Civil, é necessário muito mais que isso.

Louvável a intenção da comissão de elaboração do projeto do novo Código de Processo Civil que, visando evitar as consequências devastadoras advindas da morosidade da justiça e também atender aos anseios da sociedade, buscou efetivar a celeridade processual, trazendo modificações na redação no Código de Processo Civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica nítido que o Princípio da Razoável Duração do Processo é a grande questão e o objetivo maior a ser alcançado pela redação do novo Código de Processo Civil.

Infelizmente vem sendo alimentado um sentimento de ineficiência na sociedade, gerando nesta a descrença no Judiciário, tendo em vista a demora na resolução dos conflitos existentes.

E, no que tange à tutela antecipada, esta tem o condão de antecipar os efeitos da sentença, de forma célere, em sua totalidade ou parcialmente, prevenindo uma possível lesão ao direito da parte.

Como visto, os requisitos para a sua concessão é a prova inequívoca do que a parte pretende, tendo a capacidade de convencer o magistrado da verossimilhança da alegação, ou seja, a prova inequívoca é aquela em que não deixa dúvidas, é clara e evidente e, o outro requisito é a verossimilhança de sua alegação, é a aparência da realidade, nas situações em que houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e também nos casos em que ficar caracterizado o abuso de direito de defesa ou a notória intenção do réu em prolongar a demanda.

Considerando a presença de tais requisitos, é possível a utilização deste instituto para salvaguardar o direito que estiver em questão.

Até porque somente se justifica o requerimento de tutela antecipada, em situações que o próprio autor seja capaz de preencher os requisitos mencionados acima.

No entanto, a cada dia mais, tem aumentado a procura pelo instituto da tutela antecipada, como uma forma de garantir o andamento processual célere e muitas vezes sem o devido preenchimento dos requisitos mencionados anteriormente para sua concessão. É uma busca pela celeridade a todo custo.

Dessa forma, buscando uma solução para um andamento processual em tempo razoável, diversas modificações vêm sendo propostas pelo Projeto do novo Código de Processo Civil.

E, no que tange à tutela antecipada e à medida cautelar, estas serão unificadas, ou seja, serão tratadas em um único título.

Do decorrer do trabalho constatamos que a tutela de urgência substituirá a ação cautelar e a tutela antecipada dará lugar à tutela da evidência. Podendo ser requeridas no próprio processo de conhecimento. Assim, não será necessário o processo cautelar à parte do processo principal, como ainda ocorre.

A unificação das referidas medidas não destoam do contexto de celeridade e neste caso específico, envolve ainda a desburocratização para o seu deferimento.

Porém, para que haja uma real efetividade, para que se obtenha sucesso na questão da celeridade processual e até mesmo para que a tutela antecipada não esteja presente na maioria dos processos, na esperança de se obter uma rápida resolução da lide, imprescindível se faz acompanhar os avanços da sociedade, inserindo nesta a noção de vantagem quanto ao diálogo e a composição amigável de todo e qualquer conflito, até que esta ideia se torne parte da cultura brasileira.

Outra questão que merece uma especial atenção é a reforma, em regime de urgência, no sistema Judiciário, até porque do contrário a situação caótica em que vivemos nos dias atuais, só fará aumentar.

Lembrando que o Estado precisa investir no Judiciário, aumentando o repasse de verbas, vez que este último não está preparado para lidar com o número cada vez maior de demandas.

A quantidade de juízes e serventuários da justiça não é, nem de longe, compatível com a requisição da sociedade atualmente.

Atrelado a isto, está o despreparo dos funcionários e auxiliares da Justiça, que muitas vezes não são preparados para realizar de forma eficiente o trabalho pelo qual estão sendo remunerados, o que vai se transformando em um círculo vicioso, a exemplo de um indivíduo que ingressa no Judiciário para desempenhar determinada função, não sendo preparado, acaba por se acomodar no próprio despreparo, o que na prática, é péssimo. Claro, não se pode de forma alguma generalizar esta situação, vez que há pessoas extremamente competentes, cumprindo com seu trabalho no Judiciário de forma impecável.

Tendo em vista as questões apresentadas, objetivou-se demonstrar de forma simples as modificações que poderão ocorrer com a reforma do Código

de Processo Civil, dando-se ênfase à tutela antecipada, seu uso indiscriminado na atualidade e a questão da morosidade da justiça, relacionando possíveis causas e soluções para a resolução deste preocupante transtorno.

Importante esclarecer que em momento algum houve a intenção de esgotar completamente os tópicos abordados, até porque as questões tratadas são extremamente complexas.

Assim, a finalidade do presente foi provocar uma reflexão acerca dos tópicos tratados.

REFERÊNCIAS:

Brasil. *Projeto de Lei nº 8.046/2010. Dispõe sobre a Reforma do Código de Processo Civil*. Câmara dos Deputados Brasília, DF: Congresso Nacional, 2010. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>>.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Tutela Antecipada*. 2 ed., São Paulo, Saraiva, 2007.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil: vol. 1*. 20 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Sergio Antonio Fabris Editor: Porto Alegre, 1988.

DIDIER JUNIOR, Fredie & BRAGA, Paula Sarno & OLIVEIRA, Rafael. *Curso de Direito Processual Civil: vol. 2*. 5º ed. Salvador, 2010.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Reforma do Código de Processo Civil*. Malheiros, 1 ed., São Paulo, 1995.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*. Vol IV. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DONIZETTI, Elpídio. *Curso Didático de Direito Processual Civil: Volume I*. 9. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

DONIZETTI, Elpídio. *Curso Didático de Direito Processual Civil: Belo Horizonte*: Del Rey, 1998.

MARINONI, Luiz Guilherme & ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de Conhecimento*. Volume 2. 8ª ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme, *Antecipação da Tutela*. 11ª ed. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2009.

MONTENEGRO, Misael. *Projeto do Novo Código de Processo Civil: Confronto entre o CPC atual e o Projeto do Novo CPC*. São Paulo: Atlas, 2011.

NETO, Adolfo Braga. *Alguns aspectos relevantes sobre mediação de conflitos*. Rio – São Paulo – Fortaleza: ed. ABC, 2003.

PARENTONI, Leonardo Netto. *Brevíssimos Pensamentos sobre as Linhas Mestras do Novo Código de Processo Civil*. Revista de Processo, nº 193, mar. 2011.

PONCIANO, Vera Lúcia Feil. *Morosidade do Poder Judiciário: Prioridades para a Reforma*. Revista Scientia Iuris, Londrina, n. 1, nov. 2007.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Novíssimos Perfis do Processo Civil Brasileiro*, Belo Horizonte: Del Rey, 1990.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Vol. I. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

VOLTERRA *apud* CARMIGNANI, Maria Cristina da Silva. *A Origem Romana da Tutela Antecipada*. São Paulo: Ltr, 2001.